



SEÇÃO: TRADUÇÃO

A obrigação é predicável somente da Vontade¹

Obligation predicable only of the Will
La obligación es atribuible unicamente a Voluntad l
Silvério Becker²
orcid.org/0000-0002-3449-4876
silverioecker@yahoo.com

 MAHAN, Asa. Obligation Predicable Only of the Will. In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. Oberlin: J. M. Fitch, 1847. p 124-136.

Received on: 26 jun. 2021.

Approved on: 29 set. 2021.

Published on: 23 maio 2022.

O texto a seguir é uma tradução do oitavo capítulo de *Doctrine of the Will* (*Doutrina da Vontade*), de Asa Mahan, publicado originalmente em 1845. Ainda que a obra não seja um dos escritos mais importantes de Asa Mahan, é uma obra de grande relevância para a filosofia, pois apresenta de modo consistente uma teoria da Vontade que pode ajudar na compreensão de diversos problemas éticos, e oferecer subsídios para a análise crítica das diversas teorias da moralidade conhecidas. Nela Mahan apresenta uma classificação das faculdades mentais humanas, e procura definir os conceitos de "necessidade" e de "liberdade", bem como os limites da liberdade da Vontade humana, com o intuito de mostrar a influência das diferentes teorias da Vontade na determinação dos diferentes sistemas de filosofia moral, e de teologia, bem como na determinação de nossa compreensão da natureza e caráter do governo Divino, nos seus mais importantes aspectos.

O capítulo "A obrigação é predicável somente da Vontade", é dedicado à faculdade da Vontade e sua relação com a ideia de *dever* ou *obrigação moral*. Nele, Mahan apresenta e defende a ideia de que a obrigação moral diz respeito, diretamente, somente à Vontade, que é a única faculdade humana dotada de liberdade. Com relação às operações das demais faculdades da mente humana, ele defende que somos responsáveis somente por aquelas que dependem direta ou indiretamente da nossa faculdade volitiva. Nessa direção, e buscando refutar proposições em contrário, Asa Mahan mostra as consequências que isso acarreta para o campo teológico, e procura refutar alguns dogmas em teologia muito difundidos em sua época, como também nos dias atuais. Esses dogmas que são refutados por Mahan, encontram-se largamente difundidos em muitas igrejas, o que leva muitas pessoas a crerem que a religião consiste em meros estados da Sensibilidade e em convicções do Intelecto, e não em uma condição de retidão moral que


 Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Texto de Asa Mahan, traduzido e apresentado para a presente edição da Veritas, preservando a formatação original.

² Escola Municipal FUNEI, Itapiranga, SC, Brasil.

consiste em um estado ativo da Vontade. O fato de que o dever diz respeito, diretamente, somente à Vontade ainda hoje parece ainda não estar muito clara no campo da filosofia moral e, principalmente, na teologia. Muitos comentadores da filosofia de Immanuel Kant, por exemplo, parecem que nunca compreenderam que ele defendia exatamente esta mesma posição.

Mesmo sendo um grande admirador da obra de Kant, Mahan também foi um crítico perspicaz do pensamento do filósofo alemão. Ele foi um dos primeiros – se não o primeiro crítico da obra de Kant a perceber que a famosa *Crítica da Razão Pura* está baseada em uma falácia. Contudo, na filosofia moral, Mahan era um defensor do pensamento de Kant. Em *Science of Moral Philosophy* (1848), principal obra de Mahan sobre filosofia moral, ele apresenta, de modo crítico, os mais conhecidos sistemas de filosofia moral, e defende o sistema de Kant. Isso também acontece em *Doctrine of the Will*, e pode ser percebido no texto a seguir. Nele, parte da filosofia moral de Immanuel Kant é apresentada de forma bem mais clara do que o próprio Kant fazia. O modo como Kant escrevia, juntamente com os problemas encontrados nas traduções de suas obras, tornam alguns pontos de sua filosofia difíceis de serem compreendidos por leitores de língua portuguesa.

Mesmo sendo o autor de obras importantíssimas no campo da filosofia, como: *A System of Intellectual Philosophy* (1854), *The Science of Logic; or An Analysis of the Law of Thought* (1857), e *A Critical History of Philosophy* (1883) – a última considerada por diversos filósofos como a mais importante obra de filosofia já escrita – Asa Mahan é um filósofo pouco conhecido no Brasil. Em parte, isso se deve à ausência de traduções de suas obras para a língua portuguesa. Embora “A obrigação é predicável somente da Vontade” tenha sido publicado, originalmente, como um capítulo de livro, é um artigo consistente por si só, e sua publicação em uma importante revista acadêmica de filosofia é uma forma mais rápida e efetiva de levá-lo ao conhecimento dos leitores de língua portuguesa; o que pode ser importante não apenas alunos de

filosofia, de teologia, de psicologia, e pesquisadores iniciantes, mas também especialistas na área, que terão ao seu dispor um texto que poderá ser lido com mais facilidade do que em sua língua original (embora Mahan, na maioria de suas obras, escreva de um modo facilmente compreensível, em *Doctrine of the Will*, seu pensamento é apresentado de forma um pouco mais intrincada). Na tradução a seguir, busquei preservar a profundidade das ideias apresentadas pelo autor, e sempre que possível, o estilo de Mahan, que, acredito estar ligado à sua argumentação de modo que a torna mais compreensível.

Sessão I

A Vontade, como já tenho dito, existe em uma tríade com a Inteligência e a Sensibilidade³. Em relação às diferentes operações dos diferentes departamentos de nossa existência mental, eu apresento as duas proposições seguintes:

1. Obrigação, mérito moral, e similares, são predicados diretos somente das ações da Vontade.
2. Pelas operações das outras faculdades, nós somos responsáveis somente na medida em que a existência e caráter de tais operações dependem da Vontade. Em outras palavras, nós somos responsáveis somente por atos e estados voluntários. Isso eu argumento porque:

(1.) A obrigação, como temos visto, consiste somente com a liberdade. Todos os fenômenos da Inteligência e da Sensibilidade, nas circunstâncias de sua ocorrência, não são livres, mas necessários. Responsabilidade, portanto, não pode ser um predicado de tais fenômenos. Podemos ser, e somos, responsáveis por esses fenômenos, na medida em que sua existência e caráter dependem da Vontade: em outras palavras, na medida em que eles sejam estados voluntários, e não estados involuntários da mente.

(2.) A veracidade da proposição acima, e somente dela, verdadeiramente corresponde às convicções da raça humana. Essa convicção é expressa de dois modos.

1. Quando a culpa é atribuída às operações da Inteligência e da Sensibilidade, ela é invariavelmen-

³ Mahan explica melhor essa questão no segundo capítulo de *Doctrine of the Will*.

te afirmada assim: "Tu não tens o direito de acolher tais pensamentos ou sentimentos. Tu não tens o direito a indulgenciar tais sentimentos". Em outras palavras, louvor e culpa nunca são predicados diretamente dessas operações em si mesmas, mas da ação da Vontade relativa a elas.

2. Todos os homens aceitam que o caráter moral de todas as ações e de todos os estados da mente, quaisquer que sejam, dependem da intenção. Em nenhum ponto há harmonia mais universal entre os filósofos da moral que em relação a esse. Mas, inegavelmente, a intenção é um fenômeno da Vontade, e exclusivamente dela. Precisamos, portanto, admitir que a obrigação moral é predicável unicamente da Vontade, ou negar as convicções universais da raça humana.

3. A verdade da proposição acima é intuitivamente evidente, no momento em que a mente apreende sua real importância. Um homem, ao sair de uma sala aquecida, e andar no lado de fora em meio ao frio intenso do inverno, sente um calafrio involuntário em todo o seu organismo. Nós podemos, com a mesma propriedade, atribuir culpa a ele por tais sentimentos, quanto por qualquer outro sentimento, pensamento, ou percepção que existem igualmente de modo independente da Vontade, e especialmente em oposição às determinações dela.

4. Se supormos que todos os atos e estados voluntários de um agente moral estão, e sempre estiveram, em perfeita conformidade com a retidão moral, nos é impossível imputarmos culpa moral a ele por qualquer sentimento ou pensamento que possa surgir em sua mente independentemente de sua Vontade. Não podemos conceber que ele tenha incorrido em demérito, mais do que podemos conceber a aniquilação do espaço. Podemos seguramente colocar para a consciência de todo homem, se esse é ou não é o caso. Isso torna demonstravelmente evidente a verdade, que a obrigação moral é predicável somente da Vontade.

5. Com o que foi dito acima, harmonizam-se perfeitamente os ensinamentos positivos da Inspiração. Por exemplo: "A concupiscência, quando é concebida, produz o pecado".⁴ Não são os sentimentos involuntários que constituem o pecado,

mas a ação da Vontade em harmonia com esses sentimentos.

6. Uma única suposição colocará todo esse assunto em uma luz perfeitamente conspícua diante da mente. Nós podemos conceber com facilidade que a Vontade, ou os estados voluntários da mente, estão em perfeita harmonia com a lei moral, enquanto a Sensibilidade, ou estados involuntários, estão opostos a ela. Podemos também, com igual facilidade, fazer a suposição oposta, isto é, que a Sensibilidade, ou os estados involuntários, estão em harmonia com a lei, enquanto as determinações da Vontade estão todas opostas a ela. O que devemos pensar desses dois estados? Vamos supor um caso, de não infrequente ocorrência, em que os sentimentos, ou estados involuntários da mente, estão em perfeita harmonia com a lei, enquanto a ação da Vontade, ou os estados voluntários, estão em certo estado de oposição à lei, que o indivíduo está inflexivelmente determinado a extinguir esses sentimentos, e agir em oposição a eles. Existe absolutamente alguma virtude em um estado da mente assim? Quem ousaria dizer que existe? A culpa do indivíduo não é agravada em proporção a profundidade e intensidade dos sentimentos que ele está tentando suprimir? Agora se, como todos admitirão, não existe absolutamente virtude quando os estados da Sensibilidade estão em harmonia com a lei, e as determinações da Vontade, ou estados voluntários da mente, são opostos a ela, como pode existir culpa quando a Vontade, ou os estados voluntários, estão em perfeita harmonia com a lei, e a Sensibilidade, ou estados involuntários, são opostos a ela? Isso torna demonstravelmente evidente que a obrigação e o mérito moral de louvor ou culpa são predicáveis somente da Vontade, ou dos estados voluntários da mente.

7. Vamos fazer outra suposição; uma, se possível, ainda mais direta ao ponto. Um tigre, nós bem sabemos, tem recebido do seu Criador, seja diretamente, seja através das leis da geração natural mantidas pelo Altíssimo, uma ferocidade natural. Por que nós não culpamos o animal por essa natureza? A resposta, talvez, deva ser que ele não é um ser

⁴ Citação de Tg 1,15 (Nota do tradutor).

racional e, portanto, não é responsável por nada.

Vamos supor, então, que a essa natureza, Deus tenha associado Inteligência e Vontade-livre, tal como o homem possui. Por que deveria o animal ser agora considerado responsável pela simples existência dessa natureza, mais do que no primeiro caso, quando o efeito, em ambos os casos, existe, igualmente independente de seu conhecimento, escolha, e agência? Um absurdo maior do que esse jamais pairou sobre a mente de um Teólogo, que a mera existência da racionalidade torna o sujeito propriamente responsável pelo que o próprio Deus produz em conexão com essa racionalidade, de modo totalmente independente do conhecimento, escolha, e agência desse sujeito.

Vamos supor, ainda, que o animal sob consideração, tão logo se torne ciente da existência e tendências de sua natureza, mantenha todos os seus impulsos em perfeita sujeição à lei do amor, e nunca os permita, nem em um único caso, induzir um ato voluntário contrário à lei. A Inteligência pode atribuir culpa a essa criatura? Não afirmamos necessariamente a grandeza de sua virtude em proporção à força da propensão assim perfeitamente sujeitada à lei moral? As ilustrações acima tornam duas conclusões demonstravelmente evidentes:

1. A criatura não é, e não pode ser, responsável pela mera *existência* de alguma propensão constitucional, qualquer que seja,

2. Quando todas as ações da Vontade, ou do poder voluntário, estão em harmonia com a lei moral, e todas as propensões são mantidas em total sujeição à lei, a criatura permanece perfeita e completa no cumprimento de seu dever para com Deus e o homem. Ele não pode ser responsável pelas ações involuntárias e necessárias dessas propensões.

Não é parte do meu objetivo provar que propensões que impelem e induzem os homens ao pecado, não derivaram de seus progenitores, mas que, pela mera existência dessas propensões, juntamente com suas ações involuntárias necessárias,

eles não têm culpa.

Seção II

Dogmas em teologia

Certos dogmas em teologia, conectados com o assunto aqui ilustrado, chamam nossa atenção.

O homem não é responsável pelos pecados de seus progenitores

I. O primeiro que eu apresento é a concepção de que as criaturas são agora consideradas responsáveis, até mesmo "merecedoras da ira e da maldição de Deus, não apenas nessa vida, mas também naquela que está por vir,"⁵ não meramente por seus próprios atos voluntários de desobediência, nem por seus exercícios involuntários, mas pelo ato de um progenitor, realizado quando elas ainda não tinham existência. Se Deus considera as criaturas responsáveis por tais atos, nós podemos seguramente afirmar que é absolutamente impossível para elas conceberem a justiça de um princípio assim; e que Deus as tem constituído de modo a tornar impossível para elas formar uma tal concepção. Pode um ser que não é um agente *moral* pecar? Não é necessária a existência da agência moral? Então, como pode uma criatura "pecar *em* e *através* de outra"⁶ seis mil anos antes de sua própria existência ter começado?⁷ Não podemos conceber criaturas como culpadas pelos exercícios necessários e involuntários de suas próprias mentes. Como podemos concebê-las como culpadas pelo ato de um outro ser, - um ato do qual ela não tem, nem pode ter, nenhum conhecimento, escolha, ou agência? Como podem seres inteligentes defenderem tal dogma, e defendê-lo como se fosse uma revelação daquele que declarou com juramento, que "o filho não levará a iniquidade do pai," mas que "cada homem morrerá por seus próprios pecados"?⁸

Demérito constitucional

II. O próximo dogma que merece atenção é a

⁵ Mahan se refere à Confissão de Fé da Igreja Presbiteriana do século 17. Cf. CARRUTHERS, William. *Shorter Catechism of the Westminster Assembly of Divines*. Londres: Publicação oficial da igreja Presbiteriana da Inglaterra, 1897 [1647]; p. 4. Disponível em: <https://archive.org/details/shortercatechis00west/page/4/mode/1up?view=theater>. Acesso em: 25 jun. 2021. (Nota do tradutor).

⁶ Novamente, uma referência à Profissão de Fé da Igreja Presbiteriana do século 17 (Nota do tradutor).

⁷ Seis mil anos é o tempo, aproximado, de existência do mundo, segundo a cronologia bíblica (Nota do tradutor).

⁸ Cf. Ez. 18,20. (Nota do tradutor).

posição, que a humanidade deriva uma natureza corrupta de nosso primeiro progenitor, que torna a obediência aos mandamentos de Deus impossíveis, e a desobediência necessária, e que pela mera existência dessa natureza, os homens "merecem a ira e a maldição de Deus, não somente nesse mundo, mas também naquele que está por vir".

Se o dogma acima é verdadeiro, é demonstravelmente evidente, que essa natureza corrupta veio a existir sem o conhecimento, escolha, ou agência da criatura, que, por esta existência, é declarada culpada dela, e "sujeita à ira de Deus." É igualmente evidente que essa natureza corrupta existe como resultado direto da agência de Deus. Ele se proclama o criador de "todas as almas dos homens".⁹ Como seu Criador, Ele precisa ter transmitido a essa alma a constituição ou natureza que ela realmente possui. Não ajuda em nada à questão, dizer, que essa natureza é derivada de nosso progenitor: pois as leis da geração, pelas quais essa natureza corrupta é derivada desse progenitor, são mantidas e continuadas pelo próprio Deus. É uma verdade da razão como também da revelação, que, mesmo com relação às plantas, derivadas "por geração ordinária" das sementes daquelas previamente existentes, é Deus quem "lhes dá um corpo como lhe aprouver, e para cada semente o seu próprio corpo".¹⁰ Se isso é verdade em relação às plantas, muito mais precisa ser em relação à alma do homem.

Se, então, o dogma acima é verdadeiro, o homem, em primeiro lugar, é considerado merecedor de punição eterna por aquilo que existe, totalmente independente de seu conhecimento, escolha, ou agência, em qualquer sentido, direto ou indireto. Ele também é considerado responsável pelo resultado, não de sua própria agência, mas por aquele que resulta da agência de Deus. Sobre esse dogma, eu observo:

1. É impossível para a Inteligência afirmar, ou

mesmo conceber como verdade, que uma criatura merece punição eterna pelo que existe totalmente independente de seu conhecimento, escolha, ou agência; por aquilo que resulta, não de sua própria agência, mas da agência de outro. A Inteligência não pode afirmar a verdade de tais proposições mais do que ela pode conceber um evento sem uma causa.

2. Este dogma é oposto às convicções intuitivas da raça humana. Apresente a qualquer mente a proposição, de que, sob o governo divino, a criatura é considerada responsável somente por seus próprios atos e estados voluntários da mente e tal princípio "recomenda a si mesmo à consciência de todo homem aos olhos de Deus".¹¹ Por outro lado, apresente o dogma, que por uma natureza que torna a real obediência impossível, uma natureza que existe como resultado exclusivo da própria agência de Deus, independentemente do conhecimento, escolha, ou agência da criatura, tal criatura é com justiça "sujeita a ira de Deus, e à maldição da lei, e assim sujeita à morte, com todas as misérias, espiritual, temporal, e eterna",¹² e não há uma consciência no universo que não reprove com perfeito horror tal princípio. As convicções intuitivas da raça humana são irreconciliavelmente opostas a ele.

3. Se a humanidade, como esse dogma afirma, tem uma natureza da qual atos de um dado caráter resultam necessariamente, falar de *crescimento* ou *confirmação* reais em santidade ou em pecado, é usar palavras sem sentido. Tudo o que a influência, ou os atos voluntários, podem fazer em um caso assim, é desenvolver a natureza já existente. Eles não podem fazer nada além de confirmar a alma em suas tendências, de um modo ou de outro. O que deveríamos pensar da proposição, que uma certa árvore tem formado e confirmado o hábito de produzir tipos específicos de frutos, quando ela começou produzir, com a necessidade de produzir

⁹ Cf. At 17,26. (Nota do tradutor).

¹⁰ Cf. 1Cor 1,38. (Nota do tradutor).

¹¹ Cf. 2Cor 4,2. (Nota do tradutor).

¹² Mais uma referência à Confissão de Fé da Igreja Presbiteriana do século 17. Cf. CARRUTHERS, William. *Shorter Catechism of the Westminster Assembly of Divines*. Londres: Publicação oficial da igreja Presbiteriana da Inglaterra, 1897. p. 4. Disponível em: <https://archive.org/details/shortercatechis00west/page/4/mode/1up?view=theater>. Acesso em: 25 jun. 2021. (Nota do tradutor).

somente esse tipo, e com a impossibilidade de produzir qualquer outro? Assim a alma, de acordo com esse dogma, começa suas ações com a absoluta impossibilidade de qualquer ato, a não ser atos pecaminosos, e com a igual necessidade de realizar unicamente atos pecaminosos. Ora, Necessidade e Impossibilidade, não compreendem e não podem compreender graus. Como então pode uma mente, assim constituída, gerar e confirmar o hábito de pecar? Qual é, nessa suposição, o significado da declaração, "como podeis vós, que estais *acostumados* a fazer o mal, aprender a fazer o bem?"¹³ Todas essas declarações são sem sentido, se esse dogma for verdadeiro.

4. Se Deus imputa culpa à criatura, pela existência da natureza sob consideração, ele precisa ter requerido que a criatura prevenisse sua existência. Pois é uma verdade positiva tanto da razão quanto da revelação, que "o pecado é uma transgressão da lei;" que "onde não há lei, não há transgressão;" e que "o pecado não é imputado onde não há lei," isto é, onde nada é requerido, nenhuma obrigação existe, e conseqüentemente nenhuma culpa é imputada.¹⁴ A existência da natureza sob consideração, então, não é, e não pode ser pecado para a criatura, a menos que ela seja uma transgressão da lei; e ela não pode ser uma transgressão da lei, a menos que a lei requeresse que a criatura previna sua existência, e previna-a enquanto essa existência é o resultado exclusivo da agência de Deus, e enquanto a criatura não pode ter nenhum conhecimento, escolha, ou agência, em relação ao que Deus estava produzindo. Podemos conceber um absurdo maior do que esse? Deus produz uma certa natureza por seu próprio ato criativo, ou por sustentar as leis da geração natural. Ele imputa culpa infinita à criatura por não prevenir o resultado desse ato e induzir um resultado precisamente oposto, e isso na ausência de qualquer conhecimento do que era requerido dela, e na possibilidade de alguma agência em relação a isto. Essa é a verdadeira exposição do governo de Deus?

Impossibilidades atuais requeridas

III. O último dogma que eu apresento, é a posição de que a lei moral requer de nós, como pecadores, não o que agora é possível para nós com base nos poderes naturais e graça oferecida, mas o que seria impossível, mesmo que nós nunca tivéssemos pecado. É admitido por todos, que nós não temos agora a capacidade para aquele grau de virtude que nos seria possível, se sempre tivéssemos desenvolvido nossos poderes morais em harmonia com a lei Divina.¹⁵ Ainda assim, é defendido, que este grau de virtude, não obstante nossa presente incapacidade total para exercê-la, é requerido de nós. Por não a realizarmos, nós estamos com justiça sujeitos à ira e à maldição de Deus. Em réplica, eu observo:

1. Que esse dogma, que se declara estar fundado em ensinamentos expressos de Inspiração, não tem nem mesmo a sombra de um fundamento em alguma afirmação direta ou implicada da Bíblia. Eu posso, com segurança, desafiar o mundo a apresentar uma única passagem dos Escritos Santos que afirmem direta ou indiretamente tal coisa.

2. Este dogma é oposto não somente ao *espírito*, mas também à *letra* da lei. A lei, endereçada aos homens, enfraquecidos como estão agora suas faculdades, em consequência dos pecados anteriormente cometidos, requer deles amar a Deus com toda "sua mente e forças,"¹⁶ isto é, não com o poder que eles possuiriam, se nunca tivessem pecado, mas com o poder que eles possuem atualmente. Sobre que autoridade algum teólogo afirma, enquanto a lei faz expressamente uma exigência aos homens, que ela, na realidade, faz outra e diferente exigência? Em uma asserção assim, ele não é sábio, não apenas *sobre*, mas *contra* o que está escrito?

3. Este dogma é oposto aos ensinamentos expressos e positivos de Inspiração. As Escrituras afirmam expressamente (Rm 13,8) que qualquer um que exercite o amor "tem cumprido a lei," tem feito tudo o que a lei requer dele. Isto não seria verdade, se

¹³ Cf. Jr. 13,33

¹⁴ Cf. Rm 4,15; 5,13. (Nota do tradutor).

¹⁵ A ideia é que o pecado ou a desobediência à lei moral, certamente, impedem o desenvolvimento de muitas de nossas capacidades naturais, tanto físicas quanto mentais, e também deforma outras. Esses problemas se acentuam a medida em que o tempo passa, e quanto mais tempo permanecemos nessa situação, mais nossas capacidades como agentes morais são atrofiadas (Nota do tradutor).

¹⁶ Cf. Dt 6,5; Mt 22,36; Mc 12,30-33; e Lc 10,27. (Nota do tradutor).

a lei requeresse um grau de amor que agora não é praticável à criatura. Ora, em *Deuteronômio* 10:12, é afirmado positivamente, que Deus não requer nada de suas criaturas além de "amá-lo com todo o coração, e com toda a alma," isto é, com todos os poderes que atualmente possui. Isso não seria verdade, se o dogma sob consideração fosse verdadeiro.

4. Se concebermos que um indivíduo presta uma conformidade voluntária com as obrigações morais de todo tipo, em toda a extensão de suas capacidades presentes, é-nos impossível conceber que ele agora não está fazendo tudo o que deve fazer. Nenhuma pessoa pensaria em exortá-lo a fazer mais, nem em culpá-lo por não fazer. Podemos propriamente culpá-lo pelo passado, mas no que concerne ao presente; ele está sem culpa tanto aos olhos da razão quanto da revelação.

5. Vamos supor que um indivíduo continue por cinquenta anos em pecado. Então, ele se converte verdadeiramente, e logo depois morre. Todos admitem que ele entra no céu em estado de perfeita santidade. Ainda assim, ninguém supõe que ele agora exerça, ou tem a capacidade de exercer, um grau tão elevado de santidade, quanto ele poderia, se ele tivesse despendido aqueles cinquenta anos em obediência, ao invés de desobediência a Deus. Isso mostra que mesmo aqueles que, teoricamente, defendem o dogma sob consideração, na prática não acreditam em si mesmos.

A conclusão a que nossas investigações nos levam é esta: a santidade é uma conformidade voluntária a toda nossa obrigação compreensível. De modo similar, o pecado é a violação de tal obrigação. Nada mais é ou pode ser santidade. Nada mais é ou pode ser pecado.

Referências

MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. Oberlin: R. E. Gille, 1845.

MAHAN, Asa. *Obligation Predicable Only of the Will*. In: MAHAN, Asa. *Doctrine of the Will*. Oberlin: J. M. Fitch, 1847. p 124-136.

CARRUTHERS, William. *Shorter Catechism of the Westminster Assembly of Divines*. Londres: Publicação oficial da igreja Presbiteriana da Inglaterra, 1897.

BÍBLIA SAGRADA. Bíblia de Jerusalém. São Paulo: PAULUS, 2002. Várias versões em português.

Silvério Becker

Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em Florianópolis, SC, Brasil; mestre em Educação pela mesma instituição; licenciado em Pedagogia (USJ), bacharel em Filosofia (UFSC) e licenciado em Filosofia (UFSC); Professor nas Séries Iniciais na Escola Municipal FUNEI, em Itapiranga, SC, Brasil.

Endereço para correspondência

Silvério Becker
Escola Municipal FUNEI
R. da Matriz 351
89896-000
Itapiranga, SC, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela Poá Comunicação e submetidos para validação do autor antes da publicação.